

# DAR VIDA À FASE CONSTITUINTE DE UMA NOVA FORMAÇÃO POLÍTICA

Moção apresentada por Achille Occhetto, à qual aderiram Silvano Adriani, Tiziana Arista (secretária de Abruzzo), Antônio Bassolino, Luigi Berlinguer, Goffredo Bettini (secretário de Roma), Gianfranco Borghini, Cláudio Burlando (secretário de Gênova), Cristina Cecchini (secretária de Marche), Salvatore Cherchi (secretário da Sardenha), Gerardo Chiaromonte), Maurizio Chiochetti (secretário do Trentino-Alto Adige), Vannino Chiti (secretário da Toscana), Luigi Colajanni, Massimo D'Alema, Silvana Dameri (secretária do Piemonte), Biagio De Giovanni, Piero Fassino, Pietro Folena (secretário da Sicília), Francesco Ghirelli (secretário da Umbria), Luciano Guerzoni, Renzo Imbeni, Nilde Iotti, Norberto Lombardi (secretário do Molise), Emanuele Macaluso, Michele Magno (secretário da Puglia), Graziano Mazzarello (secretário da Ligúria) Fábio Mussi, Giorgio Napolitano, Ugo Pecchioli, Gianni Pellicani, Claudio Petruccioli, Barbara Pollastrini (secretária de Milão), Mário Quattrucci (secretário do Lazio), Umberto Ranieri, Alfredo Reichlin, Alfonsina Rinaldi, Antônio Rubbi, Isaia Sales (secretário de Campania), Pino Soriero (secretário da Calábria), Giglia Tedesco, Lalla Trupia (secretária de Vêneto), Lanfranco Turci, Livia Turco, Claudio Velardi (secretário da Basilicata), Walter Veltroni, Davide Visani (secretário da Emília Romagna), Roberto Vitali (secretário da Lombardia), Renato Zangheri.

O PCI decide abrir uma fase constituinte e empenhar suas forças para dar vida a uma nova formação política da esquerda italiana. O objetivo é construir uma força capaz de pôr em movimento um processo de agregação das correntes reformadoras da sociedade italiana e, isto, com base num programa

de renovação social e política voltado para a redefinição da identidade da esquerda no limiar do ano 2.000. As mudanças epocais na cena mundial e o fim da guerra fria, que condicionavam profundamente também a história política, exigem um salto de qualidade na iniciativa dos comunistas. O fim da velha divisão do mundo coloca para as forças reformadoras (para todas, inclusive o PCI) enormes problemas. O comunismo italiano não se sente abalado pela crise dos países do "socialismo real". A autonomia ideal e política do PCI, o seu enraizamento na sociedade italiana e sua grande história, que se confunde com a história da democracia e das liberdades italianas, a sua crítica, de longa data, aos modelos estatais e burocráticos do Leste, encontram, aliás, confirmação no tumultuado processo em curso. Esses fatos tempestuosos não colocam em causa, por si mesmos, a peculiar identidade do PCI. A crise do socialismo "real" traz em si o risco de que os próprios ideais do socialismo, em toda parte do mundo, sejam abalados. Daí decorre o perigo de uma homologação dos modelos sociais atuais e dos equilíbrios de poder dominantes no Ocidente capitalista.

## 1. AS RAZÕES FUNDAMENTAIS PARA PROPOR UMA NOVA FORMAÇÃO POLÍTICA

Mas existe também a possibilidade de que a batalha pelo socialismo seja revigorada em bases novas, que conheça um "novo início". Há a possibilidade, sobretudo para as jovens gerações, de serem protagonistas de uma sociedade futura onde, em oposição às velhas e novas construções e alienações, possa se afirmar a grande idéia da liberdade de cada um, como condição da liberdade de todos. Os comunistas italianos podem se empenhar no sentido desta perspectiva. Isto requer uma profunda renovação cultural e política e, junto, sua convergência com outras forças de inspiração socialista e progressista, que ultrapasse divisões históricas cujas razões históricas parecem amplamente superadas pelos processos em curso no mundo. O novo desafio do socialismo está na sua capacidade de dar respostas aos grandes problemas da civilização humana: o perigo nuclear, o risco de catástrofe ecológica e a separação crescente e dramática entre o Norte e o Sul no mundo,

o problema da democracia e o seu afirmar-se concreto como valor universal face a face e em luta com poderes supranacionais e de grandes potências, que tendem a subtrair-se a qualquer controle. Este desafio tem, então, um caráter novo. Não pode ser mais reciprocamente destrutivo, mas deve desenvolver-se no terreno da cooperação, da qualidade das propostas, da capacidade de governar o mundo em direção a metas de emancipação e libertação humanas, na base de idealidades, escolhas, valores que ultrapassem as lógicas e os horizontes do capitalismo. A esquerda italiana pode dar, no leito da sua tradição internacionalista, uma contribuição importante no plano europeu e mundial a esta batalha. A guerra fria condicionou, profundamente, também a história política italiana, impondo uma democracia inconclusa e um bloqueio do sistema político com graves degenerações e riscos iminentes de involução. Agora, estão se criando novas e mais favoráveis ocasiões para propor e fazer avançar uma perspectiva de alternativa para nosso país. Há tempo esgotou-se uma longa fase de desenvolvimento e consolidação do sistema democrático italiano: a fase que foi chamada de “democracia associativa”. Há mais de um decênio, concomitantemente a um gigantesco processo de reestruturação econômica, que deslocou recursos e poderes em detrimento dos trabalhadores e das camadas mais fracas, dá-se uma verdadeira estagnação da vida democrática, uma crise profunda, um risco concreto de regressão, de estreitamento da democracia. Ao mesmo tempo em que a capacidade dos partidos para interpretar as necessidades e os movimentos que se expressam na sociedade civil se enfraquece cada vez mais. Na fase mais recente esta tendência negativa foi agravada pela prevalência, no interior da aliança de governo, de forças que apontam para uma consolidação da “democracia bloqueada”, também na base de um pacto com os grupos mais conservadores do grande capital financeiro.

É difícil pensar que possa se abrir uma nova perspectiva sem uma profunda reforma do sistema político italiano; uma reforma não só das regras, mas dos mecanismos de poder e dos sujeitos (instituições e partidos), que constituem o nosso sistema democrático. A idéia de uma fase constituinte para dar vida a uma nova formação política da esquerda italiana nasce aqui. Não basta uma renovação do PCI, mesmo profunda, para começar a dar resposta a esta exigência. O que propomos é a construção de um novo sujeito, que seja o ponto de encontro de forças diversamente colocadas, mas de várias maneiras prisioneiras de um sistema político e de poderes marcado pela discriminação ideológica que operaram na guerra fria. Isto não significa, seguramente, cortar as nossas raízes. Significa, ao contrário, dar a elas nova clareza. Nós podemos fazê-lo porque a nossa própria originalidade, em relação a qualquer outro partido comunista, mesmo do Ocidente, está em termos sido, historicamente, ponto de contato e de fronteira entre múltiplas experiências e idéias do progresso e do reformismo. É este traço peculiar da tradição comunista italiana que, hoje, pode nos permitir exercer um papel dinâmico e insubstituível no novo processo político que se abre.

Não se trata, então, de autodissolução do PCI. Mas da construção de uma nova formação política democrática, popular, reformadora, aberta a componentes progressistas laicos

*O novo desafio do socialismo está na sua capacidade de dar respostas aos grandes problemas da civilização humana: o perigo nuclear, o risco de catástrofe ecológica e a separação crescente e dramática entre Norte e Sul no mundo, o problema da democracia e o seu afirmar-se concreto como valor universal face a face e em luta com poderes supranacionais e de grandes potências, que tendem a subtrair-se a qualquer controle.*

e católicos, intérpretes das novas demandas que vêm do mundo do trabalho e da cultura, dos movimentos dos jovens e das mulheres, do ambientalismo, do pacifismo e do movimento pela não-violência, do feminismo. Uma nova força de esquerda, que não esgota toda a esquerda. Os comunistas querem ser promotores, com seu patrimônio ideal, desta nova formação.

## 2. UMA POLÍTICA PARA O MUNDO QUE EMERGE DA OPOSIÇÃO LESTE-OESTE

O fato de que partimos para propor uma virada tão radical é, então, a mudança profunda da estrutura do mundo que deriva do fim da guerra fria e das lógicas dos blocos (militares, políticos, ideológicos). O mundo dividido é obrigado pelos fatos a buscar caminhos para sua unificação. Por isto, o fim da oposição Leste-Oeste obriga todos a repensarem-se e a transformarem-se. A queda do muro de Berlim é somente o aspecto emblemático do fim de uma ordem mundial. A partir daí, podem surgir novas perspectivas, mas também riscos de desestabilizações e pressões nacionalistas e regressivas. A própria questão da unificação alemã — uma vez que o direito à autodeterminação dos povos não é conciliável com a segurança recíproca num contexto de unificação europeia — pode ser de tal ordem que coloque em discussão, justa mente com a perspectiva política da perestroika de Gorbachev, também a paz no mundo. Mas, além dos perigos, o dissolver-se em tempo extraordinariamente rápido da ordem política que regeu o planeta por mais de 40 anos rompe uma prisão, liberta forças, não só na Europa, abre novos horizontes e cria problemas e conflitos inéditos, que deverão ser conduzidos dentro do leito de um efetivo processo de democratização. De fato, diminuem os pressupostos dos sistemas de idéias e de forças que determinaram por quase um século as formas de consciência, seja dos governantes com os governados, a própria concepção do socialismo.

Neste ponto, também os modelos dominantes de desenvolvimento, baseados no crescimento quantitativo, no papel condutor das despesas militares e numa distribuição dos recursos que monopoliza os recursos materiais e não-materiais de restritas oligarquias, possam ser recolocados em discussão enquanto o avanço do desarmamento pode abrir o caminho

para um diferente uso da potência científica e tecnológica. O que pode permitir passar de uma retórica da solidariedade para com o Sul do mundo, para um desenvolvimento realmente novo, realmente solidário, capaz de superar as atuais divisões. Volta a ser atual a grande intuição de Berlinguer sobre a necessidade de uma profunda transformação do modo de produzir e consumir dos países industrialmente desenvolvidos, isto é, a idéia de uma produção e consumo solidários com as exigências do desenvolvimento dos países mais pobres. É a combinação destes fatos que nos indica o alcance real dos problemas que uma nova política deve estar em condição de enfrentar e dominar.

O mundo não pode ser mais concebido conforme os velhos esquemas: a concepção totalitária do socialismo, gerada pelo movimento comunista, redundou em êxitos trágicos. Por outra parte, as grandes novidades mundiais obrigam a ir além daquelas concepções tradicionais da social-democracia fundadas numa política redistributiva e numa substancial aceitação dos modelos de crescimento quantitativo. Daí nasce a necessidade de um novo pensamento, de uma nova escala de valores, de uma nova política. Desmoronam os mitos do coletivismo autoritário, mas as novas respostas às necessidades da humanidade não podem ser encontradas no individualismo e na luta de todos contra todos, deve se afirmar em novas formas, a idéia de liberdade como responsabilidade diante de si e diante dos outros, e aquela idéia de solidariedade. A sobrevivência da humanidade é o primeiro problema da política. E isto significa afirmar, como fizemos no XVIII Congresso, um amplo conceito de segurança, que parte da questão da paz e da guerra, mas que vai além desta.

Permanece, pois, prioritário o objetivo do desarmamento, mas além do risco louco de uma conflagração mundial, torna-se necessário evitar outras possíveis catástrofes, pondo em campo os recursos indispensáveis para deter a deteriorização física, química e biológica do planeta e, assim, permitir um desenvolvimento geral aceitável do conjunto da população mundial. Daí a necessidade de uma constante e nova mobilização dos povos para acelerar o desarmamento com ações e escolhas novas, das quais seja promotor também o nosso país (por exemplo, com relação aos F-16, na Calábria, à ampliação das zonas desnuclearizadas, à redução das frotas nucleares). Não devemos nos limitar ao também importante equilíbrio da diminuição dos arsenais militares das duas grandes potências. Tirar recursos das despesas armamentistas em proveito da vida é hoje o primeiro imperativo ético. Centenas de milhões de seres humanos morrerão de fome no próximo decênio se não se der algum passo nesta direção. E, neste sentido, um movimento renovado pela paz não poderá deixar de avançar propostas e de exigir controles sobre o uso dos recursos tirados das despesas com armamentos.

De tudo que foi dito, resulta que a luta pelo progresso não é mais redutível ao choque entre sistemas opostos. Mas com isto, o desafio ao capitalismo não diminui, mas aumenta. Ele está, exatamente, em governar as interdependências, em tornar próprias as novas aspirações à liberdade, à afirmação de si, pelos novos direitos, a salvaguarda do ecossistema, a valorização das necessidades sempre mais diferenciadas de um mundo de milhões de homens e mulheres que (em conse-

*O mundo não pode ser mais concebido conforme os velhos esquemas. A concepção totalitária do socialismo, gerada pelo movimento comunista, redundou em êxitos trágicos.*

quência também da revolução nas comunicações, informação, ciência) não aceitam ser marginalizados, divididos em cidadãos e súditos. Em todo o mundo uma grande transformação na existência e na consciência das mulheres está abrindo uma possibilidade inédita: realizar a libertação feminina. Esta age no sentido de mudanças radicais nos modos de viver, produzir, organizar a sociedade, conforme um horizonte autônomo de libertação humana. Em todos os lugares ela reclama uma redistribuição das relações de poder entre os sexos. A liberdade feminina não é uma rendição às razões de um individualismo egoísta; mas um grande recurso para uma regulação mais justa das relações sociais. A nova subjetividade feminina é a maior revolução não-violenta de nosso século.

O desafio está, pois, em colocar como centro as mulheres e os homens que são "o fim do socialismo, não o meio para realizar um ideal abstrato". O desafio é de fazer da subjetividade dos indivíduos e dos povos o motor de uma nova e grande política democrática. É neste sentido novo e profundo que falamos da democracia como caminho para o socialismo. Isto exige um espírito unitário maior, porque somente encontrando-se e contaminando-se reciprocamente, e não fechando-se em si mesmas, idéias, culturas e religiões diversas poderão concorrer para um novo projeto de libertação humana, para um humanismo moderno. Mas este projeto permanecerá abstrato se não ajustasse contas com um capitalismo inédito, o qual, pelas lógicas que o dominam (finanças, concentração de poder não-somente econômico, uso distorcido da ciência), preso à sua própria espontaneidade, está cada vez menos em condições de superar as contradições dilacerantes de um mundo de 5 bilhões de homens, que não pode ser integrado no modelo de consumo do Ocidente. O que é necessário, então, é uma diferente direção do desenvolvimento, uma relação diversa entre Estado e mercado, entre política e economia, em que o Estado e as forças políticas e sociais não sejam subordinados a uma economia sem regras, mas sejam, ao contrário, capazes de se medirem até o fim com as razões da eficiência e da produtividade, de utilizarem o mercado, regulamentando-o. Fundar novas regras, novos direitos sociais e novos poderes democráticos e institucionais transnacionais, à altura da nova fase de desenvolvimento econômico, é uma questão decisiva.

Trata-se, assim, de descer ao terreno dos conflitos reais do mundo moderno e de enfrentar as forças do conservadorismo em sua efetiva potência, que não está somente na exploração do trabalho assalariado, mas nas formas de dominação que se estendem a todas as esferas da vida social. E de enfrentá-las não somente com a arma das reivindicações econômicas, mas da liberdade, dos novos direitos, das necessidades humanas, do valor das diferenças e, assim, essencial-

mente, no terreno dos novos poderes democráticos. Em consideração a tudo isto que foi dito, hoje se torna possível e necessária uma nova frente reformadora que comece a pensar o socialismo como um "processo mundial". Um processo multiforme do qual façam parte aquelas forças socialistas e social-democratas que se colocam abertamente, hoje, o problema de uma nova gestão do desenvolvimento, aqueles movimentos cristãos que se interrogam e se empenham, com cada vez mais decisão, na afirmação dos valores de uma solidariedade renovada, os movimentos verdes que colocam a questão de um desenvolvimento sustentável, os movimentos feministas. Os comunistas italianos, também com base em análises há muito realizadas, estão prontos a se confrontarem e a se inter-relacionarem com outras experiências para realizar uma transformação efetiva e positiva do existente. Pondo em movimento um processo que seja capaz de conceber o governo do mundo como resultado de uma cooperação multipolar e pacífica, fundada na idéia da interdependência e não como realização de um desenho pré-fixado. Tal idéia do socialismo não leva absolutamente a aceitar o mundo assim como ele é, a renunciar à luta para mudá-lo, a subestimar a severidade dos conflitos dramáticos que o atravessam. Significa, ao contrário, começar a dar respostas políticas efetivas queles "grandes problemas do mundo", que salientamos desde o Congresso de Florença. Nossas próprias idealidades permaneceriam abstratas não se traduzissem num projeto histórico concreto que tenha a força de uma síntese política superior. Mas esta tarefa seria impossível não se não se partisse do fato de que terminou uma experiência histórica inteira, marcada não somente pelas degenerações do tipo staliniano, mas por uma determinada concepção do socialismo caracterizada por uma visão totalizante do partido e do Estado.

As esperanças, os valores, as razões do empenho político dos comunistas italianos permanecem assim um imenso patrimônio humano, cultural e moral, que não pode ser relegado, mas deve ser reinventado. Também não perdem significado as demandas a partir das quais surgiu o movimento comunista: a superação de um modelo de sociedade alienante e mercantilizada, a procura de uma nova dimensão da política, que aponte para a superação da oposição entre governantes e governados, a necessidade de olhar para um futuro possível de libertação do homem. Mas as respostas a estas demandas somente podem vir da capacidade - que tem sido típica do PCI - de se construir uma ligação íntima de política realista e vocação para uma nova história, uma relação coerente entre meios e fins. Estas capacidades estão chamadas hoje a uma nova prova. Trata-se de realizar, na prática, um processo que desenvolva a idéia de uma terceira fase da história do movimento operário, da qual falava Enrico Berlinguer. Tudo só será possível se soubermos nos medir, sem reservas, com as orientações das outras forças da esquerda européia. Por isto, propomos ao Congresso a escolha estratégica da adesão de nosso partido à Internacional Socialista, na qual se reconhece hoje a maior parte das forças reformistas européias. Ela já é um interlocutor indiscutível das forças reformistas de qualquer parte do mundo. Tal organização modificou-se ao longo do tempo, superando os limites eurocêntricos e, no seu interior, vai se abrir uma dialética nova, alimentada pelo fato de que cresceu, perante as novidades mundiais, as responsabilidades

*Por muito tempo sustentamos a plena valorização da democracia, sem concluir daí a consequência de que aquelas sociedades que a negavam não podiam ser consideradas socialistas.*

do socialismo europeu e que é necessário fazer escolhas políticas claras, capazes de colocarem a Europa no centro da cena mundial, como fator de paz e de cooperação; aberta à relação com as forças reformistas que emergem dos processos em curso no Leste europeu, ligada aos movimentos progressistas do Terceiro Mundo. Portanto, pedimos ao Congresso um mandato que autorize o grupo dirigente que será eleito, iniciar, já no curso da fase constituinte, uma relação com os organismos da Internacional Socialista, para discutir e realizar o mais rápido possível as condições de nossa adesão. Movimentando-se sobre estas bases, um partido como o PCI certamente não corta suas raízes. Ao contrário, faz viver o melhor de sua história num horizonte mais alto e num mundo que mudou radicalmente.

Hoje temos força e autoridade para fazê-lo. Se renunciássemos a tal perspectiva, enquanto a realidade muda, e mudam com ela a consciência, as necessidades, a percepção das coisas e das forças em campo, por parte sobretudo das novas gerações, nos arriscaríamos a não estarmos entre os protagonistas das novas e urgentes escolhas estratégicas, com o resultado de tornar estéril exatamente aquele nosso grande patrimônio. O PCI não foi uma variante nacional do stalinismo. Não foi por falsidade ou por cálculo instrumental que fomos, entre os fundadores da democracia parlamentar italiana, atores principais da sua renovação, defensores das liberdades continuamente ameaçadas pelas velhas classes dirigentes, atores de grandes processos de emancipação e promoção social que têm caracterizado este meio século da Itália republicana. Isto deve ser dito com clareza, e não por razões de patriotismo de partido, porque não fazê-lo significaria tornar brancas as páginas mais importantes escritas nestes decênios pela cultura reformista italiana. Não se cometerá uma injustiça somente com o nosso passado. Seriam retiradas as bases do futuro, se tornaria mais difícil o caminho de qualquer força reformista que queira ir em frente. Os comunistas italianos viram, desde quando ainda faziam parte do movimento comunista internacional, o caráter estrutural da crise dos regimes do Leste. E, todavia, uma percepção errada nos fez pensar por muito tempo que seria possível alguma reforma daqueles modelos sociais e políticos, e isto impediu por longo tempo que chegássemos a afirmar que naquelas sociedades tornava-se necessária uma profunda revolução política. Por muito tempo sustentamos a plena valorização da democracia, sem concluir daí a consequência de que aquelas sociedades que a negavam não podiam ser consideradas socialistas. A permanência de tal equívoco estava destinada a ofuscar, diante das grandes massas populares e sobretudo entre os jovens, os próprios ideais do socialismo e, de qualquer modo, o nosso próprio perfil.

Para dar-lhes energia e vigor, não serviria uma defesa está-

tica, de tipo ideológico, da nossa identidade, que nos faria correr o risco de nos situarmos fora do movimento real. A sua defesa está na capacidade efetiva de inovação política e cultural. O problema é recolocar o PCI numa situação histórica totalmente diversa, assumindo uma iniciativa política adequada aos novos tempos, capaz de aproveitar as novas ocasiões que se oferecem à esquerda para superar as antigas divisões e voltar a desempenhar um papel de governo na Europa. Uma iniciativa política capaz, ao mesmo tempo, de enfrentar os riscos, também novos e graves, que se apresentam.

### 3. PARA REFORMAR A DEMOCRACIA ITALIANA, PARA CONSTRUIR A ALTERNATIVA

Diante de mudanças tão radicais dos ordenamentos mundiais e das concepções até hoje dominantes, o bloco do sistema político italiano parece cada vez mais insustentável e anacrônico. Também no plano nacional é necessário ir além do atual sistema político, na medida em que, com a *conventio ad excludendum*, este sistema reflete a grande dilaceração e a dura oposição existente a nível internacional. Não se pode pensar num desbloqueio da democracia italiana, na construção de uma alternativa de progresso, sem pôr, de novo, em campo energias, forças e culturas progressistas, que na Itália são muito grandes, mas não estão em condição de influírem adequadamente, devido não somente às velhas divisões ideológicas, mas do bloco constituído por um sistema político e um poder que as aprisiona. É necessário, então, uma profunda reforma do sistema político e de poder, fundado na centralidade da DC, que não se volte somente para as regras e as instituições, mas que atinja os sujeitos, os partidos, as formas de representação. A nossa proposta de dar vida a uma fase constituinte para a criação de uma nova força reformadora nasce também daqui. Ela é fruto da nossa história. No decorrer do tempo, nos abrimos a múltiplas solicitações advindas do reformismo socialista, do reformismo liberal-democrático e radical, refletimos sobre o quanto podia nos enriquecer a elaboração do reformismo católico, os princípios da autonomia e da descentralização, o valor civil e humano da experiência como a do voluntariado. Hoje, pensamos ser possível e necessário tirar conclusões deste longo trabalho de reconhecimento e elaboração. O objetivo é uma refundação da política, com base na discriminação programática e ideal, entre progresso e conservação.

É um processo que tende a pôr em discussão todas as "anomalias" do sistema político italiano: a aliança entre socialistas e conservadores no governo e no sistema de poder; a "unidade política dos católicos", que faz convergir para o interior do partido democrata-cristão inspirações diversas e opostas. Estamos atentos àquelas forças do catolicismo democrático que vivem a luta pela superação da centralidade democrata-cristã e da substancial unidade política dos católicos; uma luta tornada mais aguda pela viragem conservadora da DC e pela crise de perspectiva da esquerda democrata-cristã. Hoje este movimento expressa-se numa pluralidade de pre-

### *Acentuar esta diversidade não significa eludir a exigência de um verdadeiro confronto com o partido socialista.*

senças sociais, culturais, civis e manifesta ao mesmo tempo a exigência de conservar e valorizar a autonomia da própria cultura e da participação, com esta base, na construção de um novo pólo reformador. A fase constituinte que queremos abrir é, pois, um processo unitário, de bases novas, que tende a agregar uma ampla área reformadora. Um processo que deve se desenvolver antes, durante e depois da constituição de uma nova formação política. E que tende a promover uma profunda transformação de todo o sistema político. Já hoje nossa iniciativa chama a atenção das forças políticas democráticas e destina-se a apressar, de fato, uma nova posição, a pressionar, isto é, no sentido de uma fase constituinte, todo o sistema político italiano, que não poderá ter, como desfecho, a não ser uma profunda reforma das regras políticas e institucionais.

É evidente que indicamos uma perspectiva diversa em relação à assim chamada "unidade socialista". E isto, antes de tudo, porque no enfoque do PSI não estão claras as escolhas programáticas e ideais, em torno das quais as forças reformistas podem se unir, e as razões reais e políticas de suas atuais divisões. Acentuar esta diversidade não significa eludir a exigência de um verdadeiro confronto com o partido socialista. Ao contrário, o começo de um processo de transformação do PCI está voltado a apressar uma renovação política e cultural do PSI. Exige dos socialistas um balanço sério de sua longa experiência de governo com a DC, uma recolocação programática e política no terreno da alternativa e de uma autêntica inspiração reformista. Deste ponto de vista, permanece válido aquilo que se afirmou na comunicação ao XVIII Congresso. No que diz respeito às relações com o PSI — dizia-se — toda a nossa recente política caminhou no sentido de promover uma cada vez mais ampla e coerente unidade reformadora. O único modo de fazê-la é o de proceder a verificação da seriedade dos compromissos programáticos. Sempre no XVIII Congresso, havíamos indicado a centralidade da reforma institucional, com vistas a uma reforma da política. Afirmava-se na comunicação: dizemos que hoje realizar as condições para o confronto entre alternativas programáticas pode ser um objetivo comum de iniciativa, independentemente da futura colocação de cada um num diverso sistema político. A sucessiva e conseqüente meta desde processo poderia ser aquela da construção de uma política alternativa e, talvez, de uma nova aliança política, democrática, popular e reformadora, capaz de unificar, também de forma articulada, todas as correntes do progresso laicas e católicas. Esta mesma hipótese nos diz que na Itália a recomposição de todas as forças do progresso não se dará percorrendo de novo, ao contrário e em direção às nascentes, o curso dos rios e riachos do emaranhado delta da esquerda italiana, mas seguirá caminhos novos e inexplorados, responderá a problemas inéditos, encontrar-se-á também com forças, experiên-

cias, lutas que não são expressão direta de nenhuma das tradições em campo. A tarefa de cada um de nós será não impor orgulhosas e prevaricantes hegemonias, mas de atuar com humildade, seriedade, com a paciência da parteira para favorecer o nascimento de novas experiências, o vir à luz de uma nova força política, para que possa, realmente, florescer algo de novo. A falência do período das reformas institucionais, a aceleração de todos os processos políticos na cena mundial e, diante disto, a profunda virada moderna em curso em nosso país, o afirmar-se de uma maioria que tem como programa congelar e reforçar a situação de democracia bloqueada, tudo isto nos leva a inverter hoje a ordem dos processos. Exige que parta de nós e de uma sociedade civil sempre mais oprimida e sufocada pela cúpula do sistema político e de poder. Em substância, o que, no XVIII Congresso, parecia colocado num horizonte de médio prazo se torna hoje elemento de imediata iniciativa política. O objetivo que nos colocamos é o de superar uma democracia dividida, exposta ao risco de graves involuções, para abrir uma nova perspectiva ao desenvolvimento econômico, social e civil da Itália, permitindo a nosso país fazer frente aos desafios da internacionalização e do futuro. Não se trata, pois, de entregar-se a manobras de fôlego curto, na ilusão de que isto basta para que as portas do governo se abram, para nós. Trata-se de criar as condições para uma alternativa ao modo como este país está sendo governado há décadas, rompendo uma lógica, que se torna sempre mais asfixiante, de compromissos corporativos e de partilha do poder, do que deriva não somente uma crescente degradação dos serviços, mas cada vez mais nova incapacidade do Estado para garantir o respeito à lei e aos direitos dos cidadãos. De fato, o que estamos assistindo é uma delegação cada vez maior a “poderes ocultos e privados”, inclusive — em determinadas áreas — criminosos, com a conseqüência de que as grandes decisões políticas são bloqueadas ou deslocadas cada vez mais para além das instituições representativas.

O sistema de governo tende a se tornar cada vez mais oligárquico, resistente a qualquer controle efetivo, seja de parte do parlamento, pela imprensa e pelo poder judiciário. Tudo isto conflita com os interesses gerais do país, pelo fato que o desafio da internacionalização exigiria reformas profundas e este sistema as impede, com o risco de levar a Itália em condições de extrema fraqueza para a unificação européia. O país viveu neste. anos transformações profundíssimas, que o modernizaram e o colocaram entre as maiores potências econômicas do mundo. Mas a maneira como se deu a grande reestruturação começa a levantar sérias interrogações que não dizem respeito somente à economia, mas à relação entre cidadãos e Estado, à coesão social, aos valores e metas coletivas. O problema italiano não pode ser mais colocado nos termos de uma perseguição aos países mais industrializados. Estamos nos tornando mais ricos, mas à custa de desequilíbrios e injustiças também novas, que não se expressam somente em termos de renda, mas de oportunidade, direitos, conhecimentos, possibilidade de controle do futuro. Na Itália, mais do que em qualquer outro lugar, criou-se uma vasta área de parasitismo, alimentada por um certo tipo de transferência de recursos, como por atividades substitutivas de serviços

*O nosso desafio possui, então, um alto significado nacional. Trata-se de substituir uma velha classe dirigente que impede a formação de uma nova e mais elevada consciência do interesse nacional e que reduziu o Estado ao papel de protetor de interesses particulares.*

públicos em ruína, como pelas rendas financeiras criadas pelo enorme endividamento do Estado. E isto ao mesmo tempo que o mercado permanece nas mãos de poucos grandes grupos que controlam as finanças, a bolsa, os jornais, as tvs. O tema, então, que funda de maneira mais séria e objetiva a necessidade de dar vida a uma alternativa de governo, é o de modificar um tipo de desenvolvimento e acumulação baseado, não em pequena parte, na drenagem de recursos públicos, na evasão fiscal e, assim, no consumo de um patrimônio de infra-estruturas, de recursos naturais, de cultura, de capacidades humanas.

O nosso desafio possui, então, um alto significado nacional. Trata-se de substituir uma velha classe dirigente que impede a formação de uma nova e mais elevada consciência do interesse nacional, e que reduziu o Estado ao papel de protetor de interesses particulares. Um Estado dividido, então pouco legítimo e por isto incapaz de representar na Europa todos os italianos. Não cabe a esta moção e nem ao Congresso extraordinário definir o programa da nova formação política. Esta será a tarefa da fase constituinte. Mas, olhando a novidade e as características fundamentais do problema italiano, pode-se, desde agora, afirmar que um programa reformador, para incidir na realidade e sustentar uma alternativa de governo, deve promover o nexo sempre mais estreito entre política e economia, entre mecanismo de acumulação e sistema de poder. As formas e os instrumentos de intervenção pública devem ser profundamente repensados. Os novos poderes de comando (não somente sobre a economia) das grandes empresas de base supranacional, a superação do tradicional modelo produtivo, que torna mais incerta a fronteira entre as atividades de transformação e de serviços, a importância cada vez maior do ambiente como vínculo, mas também como possível fator de desenvolvimento: tudo isto exige novas regras e novos instrumentos de intervenção democrática, que permitam exaltar a importância sempre crescente dos fatores culturais, naturais, históricos na determinação da qualidade e do nível de desenvolvimento. É necessário intervir de cima a baixo. Não bastam novas orientações governamentais. Tornam-se necessárias novas formas de participação dos trabalhadores nas decisões produtivas. Torna-se central a luta pela afirmação de novos direitos dos cidadãos e dos usuários.

Além disto, deve ficar claro que não é possível reformular o objetivo do pleno emprego sem valorizar a nova qualidade de trabalho, sem uma redistribuição do trabalho e do tempo da vida entre diversas atividades, sem reclassificar as políticas sociais, de maneira a aperfeiçoar sua eficiência e assim melho-

rar a capacidade de resposta às necessidades efetivas.

Tudo isto não atenua mas agrava a questão social, que, todavia, assume nova dimensão. O fato de que as funções públicas essenciais venham a ser integradas a novos sistemas de comando, não submetidos a qualquer tipo de controle democrático, e que o mercado seja cada vez mais caracterizado por uma mistura de política e negócios e por distorções profundas criadas pelo fato de que algumas empresas globais se subtraem a qualquer regra e ditam estilos de vida, necessidades, valores, criou um campo de conflitos potencialmente muito radicais, que se colocam ao lado daquele conflito clássico entre salário e lucro. Todas as diferenças sociais e as desigualdades se tornam qualitativamente diversas e maiores, porque não são medidas mais somente em termos de renda mas de serviços, escola, oportunidades de vida. O papel da classe operária é decisivo. Em suas lutas expressa-se cada vez mais o conflito entre estas tendências, não somente para a exploração, mas para o domínio, e o crescimento intelectual e cultural do mundo do trabalho, o que constrasta não só com uma intolerável baixa remuneração, mas com o sentido de uma injustiça nova, agudíssima, que é a incerteza, a precariedade, o não-reconhecimento da profissionalização, a negação do direito de saber, controlar, participar das decisões.

O objetivo de humanizar e liberar o trabalho é, por isto, parte integrante de uma política econômica voltada para a plena utilização dos recursos materiais e humanos, para a qualidade do emprego, para novas e mais avançadas formas de democracia econômica. Exatamente como consequência das inovações tecnológicas e das profundas transformações do sistema produtivo é que o trabalho adquire cada vez mais um papel objetivo em nosso e nos outros países. Um papel não só social, mas político, do qual depende, em larga medida, o futuro da Itália democrática e moderna. Mas este mesmo processo objetivo é que mostra, de maneira evidente, a gravidade e os limites de uma operação que apontou, nos últimos anos, no sentido de tornar o trabalho subalterno e marginal. Em lugar de valorizá-lo, deu-se espaço aos lucros não somente, mas às rendas, novas injustiças, a lógicas puramente financeiras e especulativas. Deterioram-se e dilaceram-se, assim, aqueles valores de solidariedade sem os quais uma sociedade moderna não se sustenta.

Tudo isto explica também o agravamento do problema do Mezzogiorno\*, que representa mais do que nunca o principal problema da Itália. Nesta altura, é claro que uma política meridional não pode ter sucesso se não se transformam a estrutura social e o contexto político institucional das regiões meridionais. O problema de fundo do desenvolvimento italiano diz respeito, então, à qualidade de todo o sistema. Trata-se do ambiente físico, para o qual chegou a hora de lançar um verdadeiro alarme a respeito da degradação tanto das cidades como da natureza; trata-se da qualidade social ameaçada cada vez mais pela degradação das funções públicas; trata-se daquelas estruturas "não-materiais" que constituem o verdadeiro "sistema nervoso" de um sistema econômico e social moderno. Mas a eficiência das infra-estruturas não-materiais depende essencialmente da qualidade do capital humano que as gera. E este, como de outra parte, as próprias capacidades empresariais, dependem por sua vez da qualidade do "sistema

*O objetivo de humanizar e libertar o trabalho é, por isto, parte integrante de uma política econômica voltada para a plena utilização dos recursos materiais e humanos, para a qualidade do emprego, para novas e mais avançadas formas de democracia econômica.*

educativo" (escolas, universidades e institutos de pesquisa, formação profissional permanente). Aqui — talvez mais que em outro lugar — mede-se toda a pbreza das atuais classes dirigentes.

Se a direção do país, no processo de unificação européia, permanecer nas mãos das atuais forças dirigentes, a tendência continuará a ser aquela de equipar somente os grupos econômicos e financeiros mais fortes, para que possa ultrapassar os Alpes, pondo a seu serviço o Estado e os recursos coletivos. A consequência seria a marginalização das zonas mais fracas onde, para resistir de qualquer modo ao desafio de uma concorrência mais cerrada, aumentará o recurso ao trabalho clandestino, à ilegalidade difusa, ao parasitismo. É do conjunto destas considerações que surge a necessidade de uma força fortemente enraizada na realidade social, com condições de representar, antes de tudo, os direitos e os interesses dos trabalhadores e de combater velhas e novas injustiças e marginalizações. Ao mesmo tempo, movendo-se nesta direção e enfrentando estes conflitos, será possível construir novas alianças.

#### 4. EM DIREÇÃO A UM PROGRAMA FUNDAMENTAL

Uma escolha como esta, aqui proposta, que parte das mudanças históricas em curso e que visa definir os elementos não contingentes de uma nova formação política, coloca a exigência de um verdadeiro "programa fundamental". Defini-lo não é tarefa desde documento. Caberá ao processo constituinte e ao seu primeiro evento, a convenção programática, abrir uma fase de confrontação pluralista e de elaboração coletiva, que nos mostre protagonistas, juntamente com outros componentes, do esforço para responder aos grandes desejos que se apresentam às forças de esquerda na Europa e no mundo, no final deste século. Tarefa tanto mais necessária no momento em que somente um programa deste tipo e, assim, uma cultura que supere velhas concepções instrumentais e propagandísticas, de modo a não vincular a claras escolhas programáticas a política real da esquerda e a sua relação com o problema de governo, pode se tornar a verdadeira identidade política de uma nova formação. Aqui, vamos nos limitar a indicar algumas orientações:

a) é no terreno europeu que, agora, as forças do progresso e da conservação deverão definir-se, medindo dentro deste novo horizonte todos os seus atos e as suas políticas. Quem hesitar em tomar consciência disto e permanecer fechado nos

limites nacionais, sem se ligar organicamente com a realidade das forças progressistas européias, está destinado a perder força e significado. É interesse da esquerda acelerar os processos de integração e construção da Europa comunitária. Esta é a única maneira de dirigi-los, pondo em campo o projeto de uma Europa política, social, dos cidadãos, que consiste na definição dos poderes das instituições supranacionais, do papel das empresas multinacionais, das legislações antitrustes, dos direitos e dos poderes, seja das pessoas, das associações, e das coletividades. A Europa não é um campo neutro. Torna-se decisivo o problema de um novo "espaço social" capaz de fazer frente às pressões de uma concorrência transnacional baseada na compressão dos direitos dos trabalhadores, um "espaço social" fundado em regras mínimas comuns e em direitos universalmente reconhecidos, com base numa nova democracia econômica. Acelerar a construção da unidade da Europa dos 12, nestas bases, é também essencial para sustentar e ajudar os processos de reforma e democratização em curso no Leste europeu, e para encaminhar uma política concreta de cooperação com o Sul do mundo, de revisão das relações de troca, de solução do problema da dívida dos países em via de desenvolvimento. Trata-se de um dever e de uma tarefa fundamental para todas as forças de esquerda e progressistas. Coerentemente com isto, é necessário fazer avançar uma idéia mais complexa e mais ampla da construção européia com a contribuição de uma multiplicidade de instituições: em primeiro lugar, um parlamento europeu que possua poder eletivo e ao qual responde um verdadeiro governo da comunidade; o Conselho da Europa que pode estar aberto às instituições democráticas dos países do Leste; a Efta, que pode associar novos sujeitos econômicos do Leste. Tudo isto no contexto de uma confirmação e de um desenvolvimento dos princípios fixados em Helsinki. É fundamental dar impulso a novos acordos relativos às armas convencionais e às armas químicas e estratégicas, às medidas de segurança e desarmamento no mar, em particular no Mediterrâneo, ao início da reconversão das indústrias bélicas. A rápida conclusão destes acordos deve abrir caminho para a transformação e, depois, para a superação gradual da Otan e do Pacto de Varsóvia. A função destas alianças é sempre mais política e menos militar, enquanto sua desagregação repentina poderia, hoje, provocar riscos enormes. O objetivo a se chegar é o de um sistema europeu de segurança comum, porque só isto tornará possível a perspectiva de uma "casa comum européia" e permitirá uma cooperação progressiva e gradual entre as economias e instituições do Ocidente e do Leste.

A questão das duas Alemanhas e do direito à autodeterminação do povo alemão deve ser colocada no contexto de construção da unidade européia, da aceitação das fronteiras posteriores à II Guerra Mundial e, em particular, das de Oder-Neisse, do respeito às livres escolhas democráticas e do sistema econômico da RDA e dos outros países do Leste. A reunificação não é o ponto do que se deve partir e não está nem na ordem do dia; repropô-la, aliás, levaria ao risco de bloquear os processos de reforma do Leste e a construção da unidade européia.

*O objetivo a se chegar é o de um sistema europeu de segurança comum, porque só isto tornará possível a perspectiva de uma "casa comum européia" e permitirá uma cooperação progressiva e gradual entre as economias e instituições do Ocidente e do Leste.*

b) Entre os princípios de um programa fundamental deverão estar os temas colocados para reflexão coletiva da nova consciência feminina. O PCI, já em seu XVIII Congresso, colocou o projeto da diferença sexual entre os fundamentos do seu programa teórico e político. Estamos hoje diante da necessidade de aceitar os desafios que esta tomada de posição exige, seja na definição da idéia do socialismo, como na determinação das políticas concretas. O projeto da diferença sexual critica as relações sociais existentes, baseadas na divisão sexual do trabalho, e propõe uma qualidade nova do desenvolvimento. Propõe, portanto, valorizar todos os trabalhos feitos pela mulheres e pelos homens; garantir o direito ao trabalho para todas e para todos; atribuir finalidade diversa ao trabalho; permitir a mulheres e homens viverem contemporaneamente, num plano de igual dignidade, os muitos tempos de vida; ampliar os espaços de solidariedade social, reconhecendo os direitos de todos os sujeitos, mesmo aqueles não-produtivos. O projeto de diferença sexual impõe o reconhecimento da inviolabilidade do corpo feminino e o princípio de autodeterminação para sustentar as escolhas que as mulheres fazem no campo da sexualidade e da procriação. Ele comprova que as mulheres têm sido ignoradas pelos princípios que estão na base da democracia moderna. Em particular, o projeto critica o caráter neutro do conceito de igualdade, que abriu, historicamente, às mulheres o acesso à política, com a condição, porém, de ocultar a divisão do gênero humano em dois sexos. Se se coloca o indivíduo neutro ou uma idéia igualmente neutra de humanidade como fundamento do universo político, nenhuma conquista social, nenhuma ação voltada para preencher a defasagem entre a condição material e o horizonte ideal poderá permitir às mulheres terem acesso ao pleno prazer da liberdade. O limite da democracia até aqui conhecida não está somente nas promessas não mantidas, mas também nas promessas jamais feitas. Isto significa considerar a democracia como o lugar de uma efetiva redistribuição dos poderes e de uma explicitação dos conflitos, inclusive daqueles entre os sexos. Não está em jogo só a ampliação da democracia, mas também uma mudança de suas formas, de tal modo a colocá-la em condição de se medir com as concretudes e as diferenças. Um primeiro e significativo passo nesta direção é inscrever a diferença sexual nas instituições, através de formas autônomas de representação, baseadas na prática da relação entre mulheres, que exigem regras próprias, espaços e poderes. A experiência e a reflexão teórica das mulheres propõem um novo horizonte, dentro do qual pensar e projetar a liberdade: um novo campo no interior do qual

adquire sentido e valor a consciência de pertencer ao gênero humano sexuado, a responsabilidade em relação aos outros, a consciência do limite, a autonomia individual.

c) A ideia de desenvolvimento deve se reorientar radicalmente para os fatores de equilíbrio, sustentabilidade, compatibilidade. O movimento operário compartilhou substancialmente da ideia de uma ilimitada expansão produtiva, que se afirmou desde as primeiras fases históricas do moderno industrialismo. O impacto deste tipo de desenvolvimento na biosfera, porém, nos fez ver claramente hoje os riscos cada vez mais sérios de catástrofes planetárias. Por isto, não só é atual a proposta de uma reconversão ecológica da economia, mas ela deve representar um ponto fundamental do programa da nova formação política. Esta reconversão é particularmente urgente na Itália, onde a degradação ambiental é muito aguda, mas a reconversão ecológica da economia comporta políticas supranacionais e a afirmação de crescentes elementos de “governo mundial”. Necessidades e custos ambientais devem poder se incorporar ao funcionamento do mercado, que deverá ser submetido a uma nova regulação geral inspirada nestas exigências de equilíbrio. Mas o que é necessário não é somente uma economia ecologicamente regulada: é uma nova fase da civilização moderna. Uma civilização sustentada por tecnologias mais desenvolvidas do que as atuais, preservadoras de energia; civilização não egoísta e consumista, mas solidária e sóbria, baseada numa sociedade humana que se organiza conforme tempos e formas de vida e de trabalho mais livres, mais flexíveis, menos dissipadores; vivificada por um princípio universal de responsabilidade em relação a todos os que vivem e às gerações futuras. Uma sociedade em paz com a natureza.

d) Será necessário dar corpo a um projeto de humanização e libertação do trabalho, como parte integrante de uma política econômica voltada para a plena utilização dos recursos humanos, para a máxima ocupação qualificada, para o incentivo à mobilidade profissional e territorial dos trabalhadores; um projeto que se coloque como ponto de referência inadiável, como “semblante humano”, das formas de democracia econômica e de participação na gestão da empresa, que uma nova legislação deverá regulamentar e promover. Isto comporta um programa de formação permanente que, diante das novas tecnologias e da revolução informática, promova corajosas reformas na instrução pública na escola secundária e na universidade, e garanta iguais oportunidades para todos os cidadãos de terem acesso à informação e à reconversão das profissões e dos saberes, em todas as fases da vida humana; assegurando, desta forma, com iniciativas dirigidas, a “possibilidade — direito” de cada pessoa para superar as diferentes deficiências, físicas, sociais, culturais, étnicas, que impedem hoje a sua plena e consciente participação na atividade produtiva qualificada, na vida social e no governo democrático da sociedade.

e) Devemos batalhar por uma reforma do Estado social que supere as atuais degenerações assistenciais e que afirme as regras de uma solidariedade transparente entre os indivíduos, por meio de uma reforma do sistema fiscal que nos aproxime da Europa e por meio de institucionalização de espaços de autogoverno dos grandes serviços de interesse

coletivo, com a participação direta das representações dos usuários.

f) É igualmente decisivo um programa de reformas institucionais onde as inovações relativas à administração do Estado — a descentralização dos poderes, a rigorosa separação das responsabilidades entre os centros de decisão que determinam a orientação política dos serviços coletivos, os que asseguram sua gestão e os que exercitam um controle democrático sobre os resultados desta gestão — devem se soldar com uma legislação dos direitos individuais e coletivos que assegure uma reunificação com base no princípio universal da igualdade das oportunidades. Condição para isto é libertar-se da velha cultura estatista da troca corporativista, da pressão sobre as despesas públicas no sentido substancialmente quantitativo. É necessário propor uma diferente gestão da acumulação, assumindo o saneamento das finanças públicas como um vínculo para governar o orçamento e impedir que o uso e a distribuição dos recursos sejam determinados pelas rendas financeiras e pelos interesses clientelistas. Somente assim será possível influenciar também o perfil do mercado, tornando-o mais aberto e criando e estimulando novos protagonistas. O que implica regras, válidas para todos, capazes de se oporem às lógicas monopolistas.

## 5. POR UMA NOVA AGREGAÇÃO NA BASE DO PROGRAMA

A superioridade programática na definição das alianças já foi colocada na base da comunicação aprovada por larga maioria pelo XVII Congresso. Nas teses do XVII Congresso afirmava-se “a necessidade de uma nova fase da iniciativa política e da luta pela alternativa democrática, partindo de um programa de reformas e visando agregar um amplo alinhamento de forças laicas e católicas”. Propúnhamos, assim, nos empenhar não só com outras forças políticas, mas, mais em geral, com aquela vasta área de personalidades, competências, movimentos diversos, que formam a esquerda italiana, com o objetivo de “trabalhar também para novas agregações políticas na base do programa”. No XVIII Congresso a definição da relação entre programas e alinhamentos vinha posteriormente aprofundada. Nas teses programáticas afirmava-se, de fato, que “as demandas que nos chegam da sociedade propõem escolhas sobre a quantidade e a qualidade do desenvolvimento, e atacam os caracteres da organização social e do Estado. No curso deste processo desenvolve-se uma luta entre as forças do progresso e as forças conservadoras, com o objetivo de definir entendimentos sociais e agregações de sinal diverso e oposto. É sempre mais essencial partir da visão programática e não de uma visão esquemática e estática dos alinhamentos sociais”.

Na base desta colocação, no Informe de introdução ao XVIII Congresso, afirmava-se que “a alternativa deve se apoiar numa proposta programática capaz de responder a problemas que não dizem respeito somente às forças que se sentem representadas pelos partidos e pelos movimentos de esquerda, mas de falar a um conjunto composto de aspirações e interesses, aos setores mais fracos da sociedade, a todos aqueles que se sentem penalizados e excluídos, a todas aquelas forças dinâmicas do país que visam uma nova direção

dos processos de transformação; o campo da alternativa deve ser articulado, representativo de um amplo arco de forças laicas e católicas". Nesta base, falava-se da necessidade de fazer surgirem "novas agregações". A nossa é, então, uma exata resposta à pergunta com quem e contra quem se quer dar vida a uma nova formação política, e é uma resposta em continuidade com uma inovação fundamental introduzida pelo novo curso. A resposta a quem nos pergunta "com quem", é, de fato, que o nosso ato, rompendo uma prisão, aquela do sistema político bloqueado, que comprime e dissipa forças culturais, sociais e políticas, pode levar à agregação de um novo pólo reformador em torno de um programa fundamental.

## 6. NOVO PENSAMENTO POLÍTICO E CONCEPÇÃO RENOVADA DO PARTIDO E DOS MOVIMENTOS

A nossa visão do primado do programa, na individualização e definição das alianças sociais e políticas, tem um grande valor teórico e prático. Ela não pode deixar de incidir na própria concepção dos sujeitos políticos, isto é, dos partidos, dos movimentos e de sua relação recíproca. A uma velha concepção do partido corresponde uma experiência da autonomia dos movimentos, que corre o risco de configurar-se como isolamento recíproco. As linhas de comunicação entre movimentos e partidos tendem, assim, a se fecharem, a ação do partido é empurrada prevalentemente para o nível institucional e os movimentos tendem, eles próprios, a se transformarem em pequenos partidos.

Tudo isto leva a esterelizar e a ossificar a função de uns e de outros. Repensar uma nova forma de partido não significa absolutamente negar a função autônoma dos movimentos. Ao contrário, trata-se de revolucionar, abrangentemente, o sistema político inteiro, e não somente do lado dos alinhamentos eleitorais e das leis eleitorais.

Para garantir a vitalidade e a presença dos movimentos na sociedade italiana, é necessário criar as condições políticas da alternativa. Para que tais condições se verifiquem não basta a alternância entre alinhamentos, forças, siglas, mas torna-se necessária uma alternância de conteúdo e de forças sociais e políticas. Neste quadro, o confronto com o sindicato é essencial, e deve se dar sobre os conteúdos e os programas, através de uma relação que se funde no pleno reconhecimento do papel político e da autonomia do próprio sindicato. Tudo quanto foi dito pode ser facilitado e acelerado pelo emergir de uma nova formação política que não se configura como adesão de outras forças ao PCI, mas que visualiza um ato constituinte capaz de agregar experiências, percursos, práticas políticas sociais diversas, que pretendam se tornar ativos sujeitos contratuais da nova formação política.

## 7. AS MULHERES, SUJEITO FUNDADOR DA FASE CONSTITUINTE DE UMA NOVA POLÍTICA

No quadro desta comunicação coloca-se como experiência fundadora e paradigmática da nova forma-partido a das mulheres. Como componente cada vez mais importante dentro de um partido surgido de fora da experiência da revolução

*Tudo isto leva a esterelizar e a ossificar a função de uns e de outros. Repensar uma nova forma de partido não significa absolutamente negar a função autônoma dos movimentos.*

feminina, as mulheres se propõem serem sujeito constitutivo da nova formação política. O emergir da nova subjetividade feminina, com as diversas práticas e teorias por ela produzidas, é a prova mais eloquente da necessidade de superar os limites da velha forma-partido. Fora desta compreensão, a assensão da diferença sexual se reduz a mera retórica, a fraseologia abstrata. O papel peculiar da mulher na fase constituinte tem um fundamento histórico, ideal, prático, devido os seguintes motivos: a) Os movimentos feministas, na Itália e no mundo, introduziram na realidade e na consciência de milhões de mulheres, e em suas relações com os homens e a sociedade como um todo, novidades explosivas.

b) A elaboração e a prática da diferença sexual tendem a fazer das mulheres sujeito autônomo, capaz de seu próprio projeto teórico e, assim, de indicar um horizonte ideal e político próprio, fundado numa visão dualista da sociedade. Este horizonte é, sem dúvida, diverso daquele do socialismo clássico: difere das perspectivas e idealidades historicamente elaboradas pelo movimento operário; ele é diverso não só em relação às teorias e à prática dos partidos comunistas do Leste europeu, mas também em relação à tradição das social-democracias, inclusive as mais avançadas, assim como em relação à elaboração do PCI, que, apesar de tudo, já há tempo reconheceu a existência da contradição de sexos ao lado da de classe.

c) A experiência das mulheres comunistas é, neste sentido, significativa e iluminadora. As mulheres comunistas têm sido protagonistas das batalhas pela igualdade e pela emancipação feminina, objetivos próprios da história do movimento operário. Elas têm se reconhecido também como pertencentes ao sexo feminino em sua aspiração à plena liberdade.

A experiência da Carta das mulheres representou o esforço mais maduro e consciente para delinear uma nova identidade, ao mesmo tempo comunista e feminina. Isto significou para as mulheres comunistas um caminho de autonomia e uma prática de relação entre mulheres, dentro e fora do partido. Este caminho começou a produzir uma elaboração programática autônoma, cujo aspecto mais significativo é a proposta de lei, de iniciativa popular, para mudar os tempos de vida, iniciativa que não tem precedentes na Europa. Esta iniciativa promoveu batalhas concretas que envolveram milhares de mulheres, sobretudo no *Mezzogiorno*, contra a violência sexual, pela defesa do princípio de autodeterminação da sexualidade e da procriação; para todas poderem trabalhar, para tornar mais humanos os tempos de vida; contra a Máfia e a Camorra, pela democracia.

O PCI soube acolher novas instâncias de transformação apresentadas pelas mulheres. Prova disto é a presença de muitas mulheres nos organismos dirigentes do partido e nas

instituições e a experiência de espaços originais de autonomia feminina, que colocam o PCI na vanguarda entre os partidos da esquerda européia. No curso de sua experiência, porém, as mulheres comunistas viveram uma defasagem entre a sua subjetividade e a forma-partido, modelada ainda hoje sob regras, comportamentos essencialmente masculinos. De forma geral, enquanto o crescimento da subjetividade política das mulheres ficou circunscrito aos limites de um movimento social que não colocava em discussão os princípios de representação política, a sua mediação com a forma-partido mostrou-se praticável. Mas quando este limite é superado, e nos vemos diante de um sujeito que aspira uma representação política peculiar, a forma-partido revelou-se não só insuficiente, mas contraditória. As mulheres comunistas experimentaram o risco de que a sua prática agisse paralelamente à do partido, sem incidir adequadamente sobre suas idéias-força, sobre seu horizonte programático, sobre os tempos e suas escolhas políticas concretas. A própria experiência das mulheres comunistas colocou, então, na ordem do dia, a questão da reforma política e da forma-partido.

d) De forma mais geral, na sociedade italiana, um número cada vez maior de mulheres, presentes e ativas no mundo do trabalho, das profissões, da produção cultural e da pesquisa, manifestou uma necessidade nova de política, experimentou uma crítica ampla das formas e dos conteúdos da política atual, das instituições e dos partidos; denunciou os rituais abstratos e a separação em relação aos problemas da vida quotidiana, da esfera da reprodução, das exigências dos mais fracos. O sistema político italiano, rígido estagnante ao mesmo tempo, não está em condição de dar resposta àquelas necessidades e críticas. Sem uma ação de transformação e de colocação em movimento do atual ordenamento político, a subjetividade feminina não conseguirá expelir toda a sua carga antagonista e inovadora. Esta crítica vale, em certa medida, também para o PCI. O PCI não está em condições, não obstante abrindo o caminho para uma proveitosa refundação, de representar e fazer expressar todas as forças, os sujeitos, as culturas interessadas, a partir de idealidades também diversas, da luta para mudar a política.

Por estas razões, as mulheres se constituem num sujeito realmente interessado numa reforma política. Interessadas na afirmação de uma nova formação reformadora que dê expressão à sua nova necessidade política, que se dirija às mulheres, que hoje são empurradas em direção à marginalização por meio na separação entre a esfera pública e esfera privada, que se constitua num pólo de atração para forças femininas hoje diversamente posicionadas. É possível, então, marcar deste o início a nova formação política pela presença, enquanto sexo, das mulheres. Seja na determinação das escolhas do programa fundamental, como na elaboração dos modos através dos quais elas vão participar, mantendo a própria autonomia e os conflitos que ela determina.

## 8. OS ELEMENTOS IDENTIFICADORES DA NOVA FORMAÇÃO POLÍTICA

Nos propomos o objetivo de colocar os comunistas italianos no centro, como força promotora de uma grande política

*Por estas razões, as mulheres se constituem num sujeito realmente interessado numa reforma da política.*

que não se dirige somente a uma parte da sociedade, mas a todo o país. E nos propomos fazê-lo entrando em contato com novas linguagens, nova experiências, pondo em campo a originalidade de uma tradição reformadora e reformista da forma como ela foi filtrada pela inédita elaboração dos comunistas italianos, para colocá-la a serviço de um despertar abrangente das esperanças e dos projetos das forças progressistas. Existe hoje uma esquerda submersa, um potencial reformador que corta horizontalmente a sociedade civil, as suas organizações e partidos, mas que não conseguiu ainda encontrar uma adequada expressão política. A própria experiência da esquerda independente representou uma maneira de dar voz e personalidade a grupos de diversas inspiração democrática e progressista, de outra forma não representados no sistema político italiano. Nós mesmos percebemos a exigência de ir além desta experiência, em direção a uma relação orgânica na formação das decisões e das escolhas políticas e programáticas. Há, como já foi dito, um movimento católico progressista, que estava atravessando uma fase de profunda e fecunda renovação. Há o movimento dos verdes, que possui o mérito de ter colocado no centro a grande questão ecológica que, como nós, dá prioridade aos programas sobre os alinhamentos e que consegue intuir a colocação transversal das forças reformistas, mas que encontra dificuldade, também por causa das limitações da esquerda, em se reconhecer dentro de um quadro de relações políticas coerente reformistas e corre o risco de uma equidistância crítica entre a alternativa e o bloco do poder. Há um movimento radical, que com suas batalhas, tem colocado a exigência de uma reforma política, de novas liberdades civis, de novas regras democráticas. Estes diferentes componentes ideais e políticos de esquerda querem ser interlocutores e protagonistas da fase constituinte de uma nova formação política. Mesmo que seja através de passagens e etapas intermediárias, por exemplo, em vista das próximas eleições administrativas, cujas formas e utilidades poderão emergir e serem esclarecidas no confronto real com os nossos interlocutores. A própria idéia da constituinte nasce da convicção de que existem hoje as condições para uma nova busca unitária no campo da esquerda, que não será produto de um pensamento solitário, mas o ato fecundo de uma renovada vontade coletiva. Mas a nossa proposta surge também da consciência de uma limitação, a de lidar dentro de uma velha forma-partido, não mais adequada à complexidade social e política da nossa sociedade e ao próprio organizar-se das forças do progresso em escala planetária. Mas nasce também da possibilidade, que sentimos, da superação daquela limitação no contato vivificador com outras culturas progressistas.

É totalmente evidente que a obra voltada para confederar diferentes inspirações culturais e progressistas não está em oposição à verdade do comunismo ideal, com a sua intuição de uma humanidade rica, com a perspectiva do reconheci-

mento comum das necessidades de cada um. E a trágica falência dos regimes que pretendiam se inspirar naqueles ideais não permite exorcizar um pensamento e uma corrente comunista que - para além de tudo isto - estava presente nos diversos continentes e movimentos de libertação deste século. Porém, permanece o fato - devastador no terreno da consciência de grandes massas e, sobretudo, das mais jovens, na escala mundial - que a verdade interna daquele horizonte ideal não foi recolhida e tornada real pelo movimento comunista no poder. O movimento comunista e o socialismo real têm se caracterizado por uma determinada visão totalitária do poder, e por uma relação perversa entre meios e fins, que levou a uma crise histórica de proporções incalculáveis. O encontro entre diferentes tradições progressistas e culturas da nova época, fundando a nova perspectiva histórica sobre o valor universal da democracia, contribuirá também para redefinir os meios, os instrumentos e uma nova relação entre os meios e fins, que, partindo da não-violência, nos coloca fora da tradição do movimento comunista e vai além dela. Assim, propomos ao Congresso assumir a responsabilidade histórica de promover um processo e ao mesmo tempo pedimos às forças de diferentes culturas e inspiração hoje disponíveis a se baterem pela reforma da política e pela alternativa, de tomarem consciência elas também, até o fim, de seu limite, através de um ato que seja, como o nosso, uma união de modéstia e de grande coragem ideal e política. A proposta de abrir uma fase constituinte voltada para dar a vida a uma formação política remete à elaboração de um programa fundamental e à definição da nova forma-partido. Nós sempre fomos e cada vez queremos mais ser uma força profundamente enraizada na classe operária e, em geral, num mundo de trabalho cada vez mais articulado.

Foi isto, antes de tudo, que nos tornou uma grande força popular do país que ainda somos e queremos continuar sendo. Mas para esta finalidade, como muitos sinais têm indicado nos últimos tempos, é necessária uma profunda transformação de nós mesmos, como aquela que propomos. Estamos convencidos, de fato, que somente nos misturando com as novas energias reformadoras difusas no tecido social do país e hoje não protagonistas da política, só sugando clareza de sua contribuição cultural e política autônoma, poderemos continuar a ser a força popular que somos. Esta sensibilidade para o novo o nosso partido sempre teve, e diversas vezes movimentou-se na direção de sua renovação. Tudo isto, porém, hoje não basta.

É necessário que nosso partido, antecipando-se aos outros, assuma até o fim, e a partir de si mesmo, a exigência de uma radical reforma da política. Seria equivocado e enganoso pensar corresponder a esta exigência através de um trabalho de reorganização do PCI. Se fosse assim, deveríamos ter convocado uma conferência organizativa e não um Congresso Extraordinário. Naturalmente, nos apoiamos no grande patrimônio cultural, moral e político de nosso partido. E atuamos a partir do nosso rico patrimônio organizativo articulado na sociedade e nos locais de trabalho. Mas chegou a hora de fazê-lo nos abrindo para uma nova pluralidade de inspiração, interesses, vontades transformadoras. O caráter profundamente inovador da nossa proposta está exatamente neste ato

*Nós sempre fomos e cada vez queremos mais ser uma força profundamente enraizada na classe operária e, em geral, num mundo de trabalho cada vez mais articulado.*

de abertura a outros componentes ideais progressistas que não trazem somente exigências, mas intuições, indicações, propostas, às quais, por isto, não se trata de oferecer um modelo pré-determinado. Ao contrário, elas serão chamadas a um confronto autêntico, a uma ativa participação na definição da nova forma-partido. Seria uma grave manifestação de ufanismo de partido não envolver nestas discussões novos sujeitos, as diversas sensibilidades progressistas, aquela parte da sociedade italiana interessada na nova força reformadora, à qual pedimos uma grande contribuição de propostas no decorrer da fase constituinte.

A nova formação, de qualquer modo, no que diz respeito ao seu regime interno, não poderá só superar radicalmente o centralismo democrático e considerar, ao contrário, fisiológico e preciso o confronto livre e aberto entre posições e plataformas diferentes. Serão necessárias, então, regras que garantam uma dialética livre, o formar-se das decisões através de um confronto cristalino e o envolvimento democrático dos inscritos. Isto é possível sem incorrer no risco de cristalização que impede a comunicação e o diálogo entre diferentes posições.

## 9. O MANDATO

O objetivo deste Congresso Extraordinário é a decisão política de comprometer o PCI numa fase constituinte de uma nova formação. Caberá a todo o partido lutar para a realização deste projeto, contribuir para sua elaboração ideal e programática, medindo seu percurso, os conteúdos e os tempos, para chegar a um novo congresso ao qual caberá a tarefa de tirar conclusões do trabalho desenvolvido e, nesta base, decidir dar vida a uma nova formação política. Um congresso que, naturalmente, será soberano. Portanto, neste Congresso Extraordinário não estão em discussão o nome e o símbolo do PCI. Desviar o debate congressual para o nome do partido significaria recusar a proposta de dar início a uma fase constituinte que rediscuta a própria "forma-partido", o modo de se organizar, de decidir e funcionar de uma força política que se funda num programa e não numa ideologia totalizante. A fase constituinte deverá ser voltada para definir, sobretudo através de uma convenção programática aberta, os elementos fundamentais de um projeto reformador e de uma nova forma organizativa, com a contribuição de todos os militantes e das diversas sensibilidades que se expressarão já no Congresso, e com o conjunto de todas aquelas forças, aquelas personalidades da esquerda e da área reformista que sentem, como nós, o dever de se medir com esta grande prova.